

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE –
ESTADO DE MATO GROSSO.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 13/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765672/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 24/05/2022

HORÁRIO: 10h00min

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA., sociedade empresária limitada, estabelecida em Cuiabá/MT, na AV B, 1434, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.597.955/0007-85, doravante denominada “**WHITE MARTINS**”, vem por seu representante legal abaixo assinado, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal n.º 10.520/02, apresentar memoriais de

CONTRARRAZÕES

ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **GL OXIGÊNIO EIRELI LTDA** (doravante denominada “**GL OXIGÊNIO**”), contra a decisão que declarou a **WHITE MARTINS** vencedora neste processo para os lotes 01, 02 e 03 e, conforme se verá adiante, as razões apresentadas pela **GL OXIGÊNIO** não merecem ser acolhidas, tampouco prosperarem.

I – TEMPESTIVIDADE DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES.

O instrumento convocatório assim dispôs:

“11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (Art. 44, §1º e §2, do Decreto nº. 10.024/2019).”

E, tendo em vista que o prazo para apresentação dos memoriais de recurso encerrou-se no 30/06/2022, iniciando-se a contagem do prazo para contrarrazões no dia 01/07/2022, sendo seu término no dia 05/07/2022, não havendo dúvidas, portanto, quanto a tempestividade da presente manifestação.

II - DOS FATOS E FUNDAMENTOS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi realizada licitação, em sua modalidade pregão eletrônico, tendo por objeto “ REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS, COM CESSÃO EM REGIME DE COMODATO DE TANQUES, CILINDROS, BEM COMO LOCAÇÃO DE CENTRAL DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS E LOCADOS E EVENTUAL TROCA DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, MATERNIDADE PÚBLICA DR. FRANCISCO LUSTOSA DE FIGUEIREDO, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO –UPA IPASE E UPA CRISTO REI, UNIDADES SECUNDÁRIAS AMBULATORIAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E ATENDIMENTO DOMICILIAR”.

A **WHITE MARTINS** sagrou-se vencedora na etapa de lances para itens deste certame e, na sequência, teve sua documentação de habilitação analisada, após o qual, fora **declarada**

pelo Ilmo. Pregoeiro habilitada e vencedora para lotes da licitação, por ter sido constatado o integral atendimento aos requisitos exigidos no edital.

Irresignada com o resultado do processo, a **GL OXIGÊNIO** interpôs recurso administrativo contra a decisão que declarou a **WHITE MARTINS** vencedora para itens do certame, pautando toda a sua argumentação em frágeis e descabidas alegações.

Desta forma, a Administração não pode deixar-se seduzir pelas alegações da **GL OXIGÊNIO**, que demonstram, claramente, o propósito da referida empresa em ter seus interesses atendidos.

Como será demonstrado adiante, a decisão que declarou a **WHITE MARTINS** vencedora do presente processo merece ser mantida intacta, pois baseada, estritamente, no regramento estabelecido no edital bem como encontra-se amparada na legislação vigente em nosso ordenamento pátrio.

II.1 – Da alegação de que a WHITE MARTINS teria apresentado Certidão de Falência, Concordata, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial, Insolvência Civil incompleta.

Em apertada síntese, a **GL OXIGÊNIO** alega que a **WHITE MARTINS** não poderia ter sido considerada vencedora da licitação, por ter apresentado Certidão de Falência incompleta, em desacordo para com as exigências estabelecidas nos subitens 11.7.3.1 e 11.7.3.2 do edital, que assim dispuseram:

“8.8.15 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.”

Na visão da empresa, a certidão de falência apresentada pela **WHITE MARTINS** não apresentou informações sobre processos envolvendo recuperação judicial ou extrajudicial.

Ocorre que a certidão de falência a que se refere a **GL OXIGÊNIO** não foi o único documento apresentado pela **WHITE MARTINS** para fins de comprovação da inexistência de

processos de natureza falimentar, que incluem os de recuperação judicial e extrajudicial, que, porventura, existissem.

Além da Certidão Negativa de Falência na titularidade do estabelecimento filial inscrito no CNPJ/MF nº 34.597.955/0007-85, emitida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a WHITE MARTINS também apresentou a Certidão Negativa de Falência emitida pelo Tribunal de Justiça do Pará, na titularidade da sede da pessoa jurídica (matriz), sendo esta inscrita no CNPJ/MF nº 34.597.955/0001-90 e com domicílio no Estado do Pará.

Conforme se observa da exigência constante do item 8.8.15 do edital, foi exigida Certidão de Falência relativa à “SEDE DA PESSOA JURÍDICA”.

Consoante CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE – do Contrato Social Consolidado da WHITE MARTINS, a sede da empresa fica localizada na Rodovia Augusto Montenegro, s/nº, Km 12, Colônia Pinheiro, Município de Belém, Estado do Pará, bem como apresenta inscrição no CNPJ/MF sob o nº 34.597.955/0001-90, logo, a Certidão relativa à Sede da Pessoa Jurídica, conforme exigido no edital, é a Certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que apresenta em seu rodapé a seguinte observação:

“Esta certidão tem efeito de certidão negativa para processos de Falência, concordata (ainda remanescentes) ou recuperação judicial.”

Além disso, para a emissão da certidão negativa, foi realizada pesquisa no banco de dados de processos de natureza mais ampla, conforme teor constante no próprio documento, a saber:

“As informações contidas nesta Certidão referem-se a existência de Ações de Execução Fiscal, Municipal ou Estadual, Execução patrimonial, Falência e recuperação Judicial (Concordata), Cível e Comercial, Família, Interdição/Tutela/Curatela, Inventário e etc...”.

Ou seja, constata-se que para fins da emissão da certidão de efeito negativo, fora consultado o banco de dados de processos de ações de natureza Cível e Comercial, o que certamente inclui processos de natureza falimentar/recuperação em seu bojo.

A Lei Federal nº 11.101/2005 (*regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária*) dispõe em seu art. 3º que:

“Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência **o juízo do local do principal estabelecimento do devedor** ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.” (grifamos em amarelo)

Nesse diapasão, observa-se que a Lei estabelece como competente para decretação de falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor, constituindo este principal estabelecimento a matriz da empresa, fato este que se pode comprovar por meio do próprio Contrato Social da WHITE MARTINS, que estabelece como “Sede” da empresa o domicílio do Estado do Pará.

Vale esclarecer que “Matriz” é o estabelecimento principal – ou seja, a sede – de uma empresa. É na matriz onde a direção dos negócios acontece. Por estabelecimento se entendem as instalações físicas nas quais as atividades operacionais são executadas em caráter permanente.

Filial é um estabelecimento subordinado à matriz, constituindo-se extensão de sua personalidade jurídica, devendo até mesmo adotar a mesma denominação. Isto significa, portanto, que a filial não tem personalidade jurídica própria (exceto para fins específicos, como, por exemplo, tributários/fiscais), sendo em geral mero prolongamento do estabelecimento principal. A criação e extinção de filiais são realizadas mediante alteração contratual ou estatutária, com registro no órgão competente.

O Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002) conceitua empresa como sendo *“atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”*, atividade esta exercida por empresário.

“LIVRO II

Do Direito de Empresa

TÍTULO I

Do Empresário

CAPÍTULO I

Da Caracterização e da Inscrição

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

Logo, não importa se a empresa participou da licitação por meio de estabelecimento x, y ou z, o que importa é que a atividade econômica organizada por um empresário/sociedade empresária será utilizada para atendimento de uma demanda da Administração Pública.

O Código Civil Brasileiro também define o conceito de estabelecimento, constituindo este mais um elemento à disposição do empresário no exercício da atividade empresária, senão vejamos:

“Art. 1142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.”

Por meio da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016 (Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ), a Receita Federal conceitua estabelecimento para efeito de concessão do CNPJ, aduzindo ser este o local “...onde a entidade exerce suas atividades em caráter temporário ou permanente ou onde se encontram armazenadas mercadorias...”, conforme segue abaixo colacionado:

“CAPÍTULO II DAS ENTIDADES OBRIGADAS À INSCRIÇÃO

Art. 3º Todas as entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas equiparadas pela legislação do Imposto sobre a Renda, estão obrigadas a se inscrever no CNPJ e a cada um de seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior, antes do início de suas atividades.

§ 2º No âmbito do CNPJ, **estabelecimento é o local privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, onde a entidade exerce suas atividades em caráter temporário ou permanente ou onde se encontram armazenadas mercadorias, incluindo as unidades auxiliares constantes do Anexo VII desta Instrução Normativa.”** (grifamos)

Tem-se assim que o estabelecimento constitui mais um elemento que compõe a empresa para o exercício de sua atividade empresária, não havendo autonomia em relação à matriz e aos demais estabelecimentos, de maneira que todos os estabelecimentos da empresa formam um complexo para exercício da atividade empresarial, **razão pela qual estabelecer diferenciação entre uma filial e matriz da empresa viola a legislação pátria vigente.**

Ainda que V.Sas. argumentem que o edital expressamente dispôs sobre a necessidade de apresentação dos documentos na titularidade da filial, caso seja esta a participante, fato é

que tais ressalvas são consideradas para fins de verificação da regularidade fiscal de estabelecimentos em licitações, mas não para fins de verificação da capacidade exocômico-financeira da empresa para atendimento.

Encontra-se assentado o entendimento de que há **unicidade da pessoa jurídica**, ou seja, matriz e filiais constituem o mesmo complexo jurídico de bens, direitos e obrigações, **de modo que sua autonomia somente opera no campo tributário**, não em razão da separação dos estabelecimentos da empresa, mas em decorrência da competência tributária concorrente das entidades federativas (esferas federal, estadual e municipal).

Nesse mesmo sentido, trazemos ao bailado entendimento do Tribunal de Contas da União a respeito do assunto:

Acórdão 3.056/2008 – TCU

“Conceitua-se matriz aquele estabelecimento chamado sede ou principal que tem a primazia na direção e ao qual estão subordinados todos os demais, chamados de filiais, sucursais ou agências. 10. Como filial conceitua-se aquele estabelecimento que representa a direção principal, contudo, sem alçada de poder deliberativo e/ou executivo. A filial pratica atos que tem validade no campo jurídico e obrigam a organização como um todo, porque este estabelecimento possui poder de representação ou mandato da matriz; por esta razão, a filial deve adotar a mesma firma ou denominação do estabelecimento principal. Sua criação e extinção somente são realizadas e efetivadas através de alteração contratual ou estatutária, registradas no Órgão competente. 11. **Deste modo, matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. A matriz e filial representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica, fato corroborado, inclusive, pelo art. 10, § 1º, da Instrução Normativa RFB 748, de 28 de junho de 2007, in verbis:** “Art. 10. As Entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas por equiparação, estão obrigadas a inscreverem no CNPJ, antes de iniciarem suas atividades, todos os seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior. § 1º Para efeitos de CNPJ, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, em que a Entidade exerça, em caráter temporário ou permanente, suas atividades, inclusive as Unidades auxiliares constantes do Anexo V, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias”. 12. **Conclui-se que o CNPJ específico para a filial decorre somente da obrigatoriedade da citada Instrução Normativa, que impõe à todas as empresas a inscrição do CNPJ de seus estabelecimentos.** O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ é composto de oito algarismos, separado por uma barra do número de ordem do estabelecimento e, por fim, após o hífen, dois dígitos de controle. Desta maneira, o número do CNPJ da matriz e da filial são iguais até a barra

separadora. Em seguida, faz-se a diferenciação entre os estabelecimentos: /0001 é sempre para a matriz; /0002 para a primeira filial; /0003 para a segunda filial e assim por diante. Os demais dígitos são os chamados de dígitos verificadores, específico para cada estabelecimento... 20. **Pelo exposto, tanto a matriz, quanto à filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.** Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar o cumprimento dos requisitos de habilitação” (Acórdão 3.056/2008, Plenário, Rel. Min. BENJAMIN ZYMLER, DOU 12.12.2008 – grifos nossos).

Desta forma, se uma empresa tem um processo falimentar decretado ou plano de recuperação homologado, não se trata de apenas o estabelecimento X de uma empresa que vai à falência ou entra em recuperação judicial, mas sim, a empresa como um todo, razão pela qual o distribuidor competente para fins de emissão da certidão de falência é o do local do domicílio da matriz.

Ainda no que diz respeito ao distribuidor competente para emissão da certidão de falência, o TCU firmou entendimento que deve-se considerar o distribuidor da sede da pessoa jurídica, como consta da 4ª edição “Licitações & Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU”, que em sua página 430 traz a seguinte orientação:

“Certidão negativa de falência ou concordata, ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.”

Ante o exposto, conforme demonstrado, a WHITE MARTINS comprovou não existirem processos de natureza falimentar/recuperação em trâmite, não restando dúvidas sobre o integral cumprimento do regramento estabelecido no edital pela WHITE MARTINS, não havendo amparo legal, sendo, portanto, totalmente desprovidas de fundamento as razões apresentadas pela GL OXIGÊNIO em seu recurso, devendo ser mantida intacta a decisão que declarou a WHITE MARTINS vencedora da licitação.

II.2 – Da alegação de que descumprimento do prazo para envio da proposta adequada.

Em suma, alega GL OXIGÊNIO que a WHITE MARTINS teria descumprido exigência do edital, ao apresentar a proposta readequada após o prazo-limite de 02 (horas) horas estabelecido no item 8.10.1 do edital.

Equivoca-se novamente a GL OXIGÊNIO em seus argumentos pois constou no edital, na seção que dispõe sobre “DOS ATOS POSTERIORES À SESSÃO”, que o licitante melhor classificado encaminhasse proposta adequada ao último lance ofertado no prazo de 24 horas (vinte e quatro) horas após a negociação.

“10 DOS ATOS POSTERIORES À SESSÃO

10.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro analisará os documentos de habilitação exigidos anexados no sistema, sem prejuízo da exigência de posterior encaminhamento dos originais ou das cópias autenticadas dos mesmos a fins de diligência, caso julgue necessário.

10.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 horas (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. (Art.36, § 2º, do Decreto nº. 10.024/2019).”

Convém ressaltar que, ao contrário do alegado pela GL OXIGÊNIO, o Decreto Federal nº 10.024/2019 não estabeleceu prazo de até 02 (duas) horas para o envio, pelas licitantes, da proposta readequada, mas sim, prazo de, NO MÍNIMO, 02 (duas) horas, sendo o prazo de 24 horas o mais compatível com o disposto na lei.

“Negociação da proposta

Art. 38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, **no mínimo**, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o **caput**.” (grifamos em amarelo e sublinhamos).

Nessa toada, não poderia o Ilmo. Pregoeiro estabelecer prazo máximo de até 02 horas para envio dos documentos de habilitação, pois a Lei prevê prazo mínimo de 02 horas, não havendo, portanto, qualquer plausibilidade nas alegações da CONTRARRAZOADA.

Por tudo isso, resta demonstrado que as alegações da GL OXIGÊNIO não passam do exercício pela empresa do *jus sperniandi*, ou seja, mero inconformismo para com o resultado da licitação.

Aproveita-se a oportunidade para reforçar a reconhecida *expertise* da WHITE MARTINS no fornecimento de gases medicinais para aplicação nas mais diversificadas áreas do segmento da saúde, seja para atendimento a unidades de saúde, seja no tratamento terapêutico a pacientes domiciliares.

A WHITE MARTINS é pioneira no segmento fabril de oxigênio no Brasil, tendo sido a primeira a instalar uma fábrica para fabricação do produto no país. Atua neste segmento no país, desde o ano de 1912, e ao longo do tempo, ampliou suas linhas principais de produtos para atmosféricos, químicos, medicinais e especiais.

Para os mercados de Atenção Domiciliar, oxigenoterapia e distúrbios do sono, a WHITE MARTINS oferece gases (oxigênio medicinal), interfaces e acessórios, serviços, e uma completa linha de equipamentos de última geração - concentradores de oxigênio, CPAP, BiPAP, ventiladores, entre outros, com opção de venda ou locação.

Além disso, a WHITE MARTINS é a empresa no mercado que **disponibiliza a melhor estrutura integrada** para proporcionar aos seus clientes um atendimento com maior conforto, segurança e flexibilidade, contando com:

- ✓ Centro de Operações Homecare;

- ✓ Logística;
- ✓ Assistência técnica 24 horas;
- ✓ Central de Relacionamento;
- ✓ Telemetria.

Por todo o exposto, não restam dúvidas sobre a capacidade econômico-financeira, técnico-operacional e técnico-profissional da WHITE MARTINS para atender o objeto contemplado no processo licitatório em referência, tendo a referida empresa atendido a todas as exigências habilitatórias previstas no edital bem como agido com lisura na oferta de seus lances e ofertado a proposta mais vantajosa para a Administração.

Vale lembrar que o objetivo primordial da licitação é a seleção de proposta mais vantajosa e, em a tendo encontrado, não pode a Administração se render ao excesso de formalismo e desconsiderar a vantajosidade da oferta.

Oportuno aqui colacionar decisões do Tribunal de Contas da União manifestando-se pela necessidade de se agir com a **razoabilidade** e **formalismo moderado** em processos licitatórios, para não perder a oportunidade de selecionar a proposta mais vantajosa:

Princípio da vinculação ao instrumento convocatório x princípio do formalismo moderado

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades na Concorrência Internacional n.º 004/2009, promovida pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) com vistas à contratação de serviços de fornecimento de oito Veículos Leves Sobre Trilhos – VLTs, para a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió. Após terem sido considerados habilitados os dois participantes do certame (um consórcio e uma empresa), o consórcio interpôs recurso, por entender que a empresa teria descumprido a exigência editalícia quanto ao registro ou inscrição na entidade profissional competente, ao apresentar “Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica”, emitida pelo CREA/CE, inválida, *“pois continha informações*

*desatualizadas da licitante, no que concerne ao capital e ao objeto social". Após examinar as contrarrazões da empresa, a comissão de licitação da CBTU decidiu manter a sua habilitação, sob o fundamento de que a certidão do CREA "não tem o fito de comprovação de capital social ou do objeto da empresa licitante, o que é realizado mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial". Para o representante (consórcio), o procedimento adotado teria violado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois a comissão de licitação habilitara proponente que "apresentou documento técnico em desacordo com as normas reguladoras da profissão, sendo, portanto, inválido, não tendo o condão de produzir qualquer efeito no mundo jurídico". Cotejando o teor da certidão emitida pelo CREA/CE em favor da empresa habilitada, expedida em 05/03/2009, com as informações que constavam na "18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social" da aludida empresa, datada de 30/07/2009, constatou o relator que, de fato, "há divergências nos dados referentes ao capital social e ao objeto". No que tange ao capital social, "houve alteração de R\$ 4.644.000,00 para R\$ 9.000.000,00", e no tocante ao objeto, "foi acrescentada a fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como a sua manutenção, assistência técnica e operação". Ponderou o relator que embora tais modificações não tenham sido objeto de nova certidão, seria de rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da empresa no CREA/CE, entidade profissional competente, nos termos exigidos no edital e no art. 30, I, da Lei n.º 8.666/93, até porque tais modificações "evidenciam incremento positivo na situação da empresa". Acompanhando a manifestação do relator, deliberou o Plenário no sentido de considerar a representação improcedente. **Acórdão n.º 352/2010-Plenário, TC-029.610/2009-1, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010.***

Tribunal de Contas da União

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

“ PLENÁRIO

1. A imposição de restrição temporal para autenticação dos documentos de habilitação dos licitantes afronta o art. 32 da Lei 8.666/93. A comissão de licitação pode realizar a autenticação dos documentos apresentados por meio de cópia na própria sessão de entrega e abertura das propostas, em atenção aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

Representação formulada por sociedade empresária apontara possíveis irregularidades em tomada de preços, promovida pela 7ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), com objetivo de contratar empresa para elaboração de projeto executivo de obras em municípios do Estado do Piauí. Dentre os pontos impugnados, alegara a representante que teria sido indevidamente inabilitada em decorrência da apresentação de documentos não autenticados. O citado certame fora suspenso na fase de adjudicação por iniciativa da Codevasf, no aguardo da apreciação de mérito do TCU. Realizadas as oitivas regimentais, a unidade técnica considerou que “a Codevasf agiu estritamente conforme o Edital, o qual previa que as cópias dos documentos deveriam ser autenticadas em cartório ou poderiam ser autenticados por servidor da 7ª SL ou por membro da Comissão Técnica de Julgamento a partir do original, desde que até às

17h30min do dia útil anterior à data marcada para o recebimento da documentação ..., e 2 não na hora da abertura das propostas". Dissentindo da unidade técnica, o relator registrou que a mencionada cláusula do edital "afronta o art. 32 da Lei 8.666/93, o qual prevê que 'os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial'. O referido dispositivo também não permite nenhuma restrição temporal para que a comissão de licitação se recuse a autenticar os documentos, como previsto no item 6.2.1.5.1 do edital impugnado". Argumentou ainda o relator que, mesmo que houvesse amparo legal para o procedimento adotado pela comissão de licitação, "não haveria por que, em atenção ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e em consonância com o que prescreve o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não realizar a autenticação dos documentos na própria sessão de entrega e abertura das propostas. Conduta diversa configura formalismo exagerado que pode levar à restrição indevida do caráter competitivo da licitação e à seleção de proposta que não seja a mais vantajosa". Por fim, lembrou o Acórdão 357/2015-Plenário, segundo o qual "a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo". Comprovado o vício insanável no ato de inabilitação da licitante, o Tribunal, alinhado ao voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, fixar prazo para que a Codevasf anulasse o certame, cientificando os responsáveis da irregularidade relativa à inabilitação da empresa "em virtude da ausência de apresentação de documentos autenticados, apesar de a licitante ter apresentado documentação original, o que afronta o disposto no art. 32 da Lei 8666/93". Acórdão 1574/2015-Plenário, TC 033.286/2014-0, relator Ministro Benjamin Zymler, 24.6.2015." (grifamos

Consoante vasta jurisprudência aqui colacionada, o apego ao formalismo excessivo em detrimento da observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração não guarda consonância com o principal objetivo da licitação pública estabelecido no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93 que assim determina:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (grifamos)

O princípio da razoabilidade recomenda, em linhas gerais, **uma certa ponderação dos valores jurídicos tutelados pela norma aplicável à situação de fato**. Como diz de Marçal Justen Filho, o princípio da proporcionalidade, prestigia a “instrumentalidade das normas jurídicas em relação aos fins a que se orientam” e “exclui interpretações que tornem inútil a(s) finalidade(s) buscada(s) pela norma”. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Ed., São Paulo: Dialética, 2002, p. 66- 67).

Assim, resta demonstrado que a decisão declarou a **WHITE MARTINS vencedora** neste processo **observou e cumpriu os primados da razoabilidade e proporcionalidade** que devem pautar a atuação da Administração e seus agentes, devendo, portanto ser mantida intacta, pois em total conformidade com os ditames estabelecidos em nossa ordem jurídica.

Em assim sendo, não há dúvidas de que a proposta ofertada pela **WHITE MARTINS para é a mais vantajosa para a Administração, tendo a empresa demonstrado dispor de plena e total capacidade para atendimento do objeto licitado**, devendo ser mantido incólume o

resultado do presente processo

III – PEDIDO.

Por derradeiro, pugna a **WHITE MARTINS**:

- a) Pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso interposto pela **GL OXIGÊNIO**, pois totalmente desprovido de razões fáticas e de fundamento legal, constituindo medida perturbadora do regular andamento do processo, devendo ser mantida incólume a decisão que declarou **WHITE MARTINS** vencedora para lotes da licitação.
- b) Caso o recurso interposto pela **GL OXIGÊNIO** seja encaminhado para Autoridade Superior competente, que as presentes contrarrazões sejam encaminhadas em conjunto, em atendimento ao disposto no §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos, p. provimento.

Várzea Grande/MT, 05 de julho de 2022.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Analigia da Silva".

Analigia da Silva
Gerente Nacional de Contas Públicas
RG: 077583300
CPF: 003.791.977-66
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.